

EDITORIAL

Vol. 9, Núm. 23, mai./ago., 2022

Com a publicação de seu **Número 23**, intitulado “**Culturas jurídicas e minorias sociais na América Latina e Europa**”, a Revista Culturas Jurídicas, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), com grande alegria, dá seguimento ao seu **Volume 9**. Este número é composto por valiosas contribuições de pesquisadores/as brasileiros/as e estrangeiros/as, que fornecem à comunidade acadêmica importante material para auxílio em debates atuais e relevantes, além de manter o padrão de excelência e internacionalização do periódico, classificado pela CAPES no estrato **Qualis A2**.

O presente número reúne trabalhos que tratam dos desafios enfrentados pelas minorias sociais no ambiente latino-americano. As “minorias” são uma categoria abrangente que abarca grupos sociais com problemas e situações distintos, mas que têm como características comuns o fato de estarem em situação de desvantagem social e sofrerem discriminação por grupos hegemônicos na sociedade capitalista. Vale destacar que “minorias”, nesse contexto, é uma categoria qualitativa e não quantitativa – ou seja, a maior parte da população latino-americana enquadra-se dentro de alguma minoria social – negros/as, mulheres, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outros/as – e, por conta disso, sofrem algum tipo de preconceito. Dessa maneira, a linha temática deste número justifica-se acadêmica e socialmente.

Aqui há discussões sobre mulheres indígenas, refugiados, identidade cultural de grupos minoritários, feminismo, nações colonializadas. Todas essas questões são atuais e relevantes no âmbito do Direito Constitucional e da América Latina. Contamos com texto de autoras das áreas de saúde pública, ciências médicas e psicologia social. Dessa forma, a RCJ mantém seu perfil de multidisciplinariedade e expande o diálogo para/com ainda mais áreas do conhecimento, ofertando à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo trabalhos para além da área das ciências sociais.

Nossa **primeira contribuição** foi feita a quatro mãos. A Professora **Giulia Parola** – Doutora em Direito pela *Université Paris V René Descartes* (França) e *Università degli Studi di Torino* (Itália), e pesquisadora da *Università degli Studi di Torino* (Itália) –, e pela pesquisadora **Aziza Mohamadhossen** – doutoranda em Direito pela *Florida State University College of Law* (Estados Unidos da América) – escreveram o texto “**The flaws of global health governance as Illustrated by the COVID-19 vaccine distribution**”. As autoras descrevem e

analisam as falhas na governança global de saúde, sobretudo no que se refere ao programa COVAX e as destruições de vacinas para a COVID-19. Para atingir tal objetivo, elas analisam os casos contemporâneos de Brasil e Canadá, no âmbito da pandemia global da COVID-19.

O **segundo artigo** é proveniente da grande área de saúde e da cooperação entre **Patricia Elizabeth Cossío-Torres** (Doutora em Ciências Ambientais e Mestre em Saúde Pública pela *Universidad Autónoma de San Luis de Potosí* - UASLP, México; Coordenadora e pesquisadora do Departamento de Saúde Pública e Ciências Médicas, da Escola de Medicina da UASLP, México), **Xiomara Sarahí Sanjuan-Meza** (Licenciada em Ciências Ambientais e Saúde pela Escola de Medicina da UASLP, México); Pesquisadora visitante no Departamento de Saúde Pública e Ciências Médicas, da Escola de Medicina da UASLP, México), **Aida Ortega-Velázquez** (Doutora em Psicologia das Organizações e do Trabalho pela *Universidad Complutense de Madrid*, Espanha; Pesquisadora na Faculdade de Contabilidade e Administração da UASLP, México) e **Frida Hosana Aguilera-Díaz de León** (Mestra em Direitos Humanos pela UASPL, México). O artigo é intitulado “**Proposal and validity of a scale of Teamwork’s internal dynamics in indigenous women**” e tem como objetivo avaliar a validade e confiabilidade dos resultados auferidos a partir de um instrumento com três componentes de dinâmica interna em trabalho de equipe em mulheres indígenas (Tarefa de Interdependência, Potência do Grupo e Segurança Psicológica) do México. O trabalho de equipe pode ser entendido como um processo em que os membros são reconhecidos como uma unidade, que mostra interdependência e atua em conjunto em prol de um objetivo comum, o que é relevante para o alcance de progresso e desenvolvimento, especialmente em grupos sociais vulneráveis.

O nosso **terceiro trabalho** é de autoria da Professora **Patrícia Perrone Campos Mello** – Doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) – e de **Clara Lacerda Accioly** – Bacharela em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). No artigo “**O direito fundamental à identidade cultural e o constitucionalismo em rede na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal do Brasil**”, as autoras analisam se o direito constitucional brasileiro reconhece o direito fundamental à identidade cultural de grupos minoritários, bem como se há “diálogo” com cortes internacionais e constitucionais de outros estados. Para tanto, examinam três casos paradigmáticos sobre o tema na jurisprudência do STF.

O **quarto artigo** é da lavra da Professora **Ana Maria D’Ávila Lopes** – Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professora do Programa de Pós-

Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) –, pelo Professor **Luis Haroldo Pereira dos Santos Junior** – Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – e por **Midred Cavalcante Barreto** – mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais na UFRGS. O trabalho “**A nacionalidade como fator (des)integrador: o caso da Bósnia e Herzegovina**” analisa como o fortalecimento do Estado de Direito na Bósnia e Herzegovina pode contornar problemas como a ausência de participação popular na elaboração da própria constituição. Para tanto, as autoras e o autor valem-se de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

O **quinto trabalho** deste número foi escrito pelo Professor **Gilmar Antonio Bedin** – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor da graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) –, pelo Professor **Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth** – Doutor em Direito pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professor da graduação e pós-graduação em Direito da UNIJUÍ – e pela Professora **Aline Michele Pedron Leves** – doutoranda em Direito pela UNIJUÍ. Intitulado “**A condição dos refugiados na atualidade e o papel dos direitos humanos: uma análise a partir do cosmopolitismo progressista**”, por meio do método fenomenológico e a técnica de pesquisa bibliográfica, o artigo busca identificar alguma alternativa que mude a compreensão da condição dos sujeitos refugiados, usualmente vistos como “sujeitos de risco”.

Nossa **sexta contribuição** foi redigida em conjunto pelo Professor **Henrique Weil Afonso** – Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Damas da Instituição Cristã (FADIC) –, pelo Professor **José Luiz Quadros de Magalhães** – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor da UFMG e da PUC-MG – e pelo Professor **Arthur Magalhães Costa** – doutorando em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). No artigo “**A nação desde o marco pós-colonial: da assimilação moderna à emancipação de suas formas imaginadas**”, os autores revisitam, a partir de uma perspectiva historiográfica e com referencial teórico pós-colonial, o que se entende por Estado, considerando os contornos, conceitos e implicações do nacionalismo.

O nosso **sétimo artigo** é de autoria da Professora **Joice Graciele** – Doutora em Direito pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) –, pela Professora **Rosane Teresinha Carvalho Porto** – doutora em

Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UNIJUÍ – e por **Tatiana Diel** – mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UNIJUÍ. O trabalho tem por título **“Justiça restaurativa: uma alternativa para além da mera punição de homens autores de violência contra a mulher”**, e analisa em que medida as práticas restaurativas podem, além de punir o agressor, “oportunizar um espaço de compreensão restaurativo sobre a gravidade das consequências da conduta violenta”. Para tanto, é utilizado o método hipotético-dedutivo e pesquisa bibliográfica.

O **oitavo trabalho** é da lavra da Professora **Gabriela Maia Rebouças** – Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora da Universidade Tiradentes (UNIT), Sergipe – do Professor **Viobaldo Cardoso Neto** – doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – e de **Anne Caroline Rodrigues da Silva Brito** – mestranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). O artigo **“Justiça restaurativa comunitária: caminhos para a emancipação e justiça”** verifica a “possibilidade do reforço à emancipação social e da justiça a partir da construção de um paradigma restaurativo de justiça na comunidade”. Em termos metodológicos, apresenta uma abordagem qualitativa, com método hipotético-dedutivo e revisão bibliográfica.

O **nono trabalho** se trata de uma resenha do relevante obra **“Estado de Exceção”**, de **Giorgio Agamben**, elaborada em coautoria pelo Professor **Ricardo Lebbos Favoreto** – Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e Professor do curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (UEL) – e por **Ewerton Roberto Inocencio** – Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Dessa maneira, esperamos que com os trabalhos contidos neste **Número 23** a RCJ continue contribuindo com a comunidade acadêmica e a sociedade. Assim, mais uma vez agradecemos às autoras e aos autores que nos brindaram com suas valiosas contribuições. Aproveitamos a oportunidade para lembrar a todos/as os/as interessados/as em publicar conosco que a RCJ está sempre de portas abertas para receber artigos de qualidade que auxiliem para o fortalecimento das culturas jurídicas e que abordem criticamente temas atuais e relevantes para a sociedade em geral.

Prof. Dr. Enzo Bello

(Editor-Chefe da RCJ)

Mestranda Ana Luiza de Moraes Gonçalves Correia

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Caroline Matias Gabriel

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestra Cecilia Bojarski Pires

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Isabelle de Azeredo Silva

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestra Kelda Sofia da C. S. Caires Rocha

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Pamela Mota Conte Campello

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestre Renato Barcellos de Souza

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestre Vitor Fraga da Cunha

(Editor-Assistente da RCJ)